

## Governo anuncia sobra, mas descarta reajuste

Esse é o título de uma reportagem na Gazeta do Povo de 23 de Março (p. 8), sobre as declarações do secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, em audiência na Assembléia Legislativa, para apresentar as finanças do estado referentes ao último quadrimestre de 2006. Segundo a reportagem, o secretário justificou "a decisão do governo de não conceder reajuste salarial", e também disse que "O governo queria dar aumento para os professores, mas é impossível no momento". Aí está o resumo de mais uma opereta bufa, montada pelo Sindiprol e pelo Sinteemar, aquela do projeto de equiparação apresentado pela Assembléia Legislativa e vetado pelo governador.

No segundo ato da opereta, após o veto do governador, O Sindiprol e o Sinteemar alardearam ações junto à Assembléia Legislativa para derrubar o veto do governador: foram impedidos de entrar portando faixas. É impossível acreditar que uma Assembléia na qual o governador detém 37 ou 38 votos firmes, entre 54 deputados, fora uns 6 ou 8 conversáveis, vá derrubar o veto do seu patrão. Seria a mesma coisa que acreditar que Requião vetaria seu próprio veto; ele é pirado, isso ele é, mas não idiota.

No entreato houve uma tentativa canhestra da presidente do Sindiprol de reescrever parte do roteiro, alegando que quanto mais o veto do governador demorasse na Assembléia para ser votado, mais ele se desgastaria. Ridículo atroz.

Agora no terceiro ato dessa opereta bufa, vemos surgir um deus "ex-machina" grego, que por certo nos redimirá: O Grupo Técnico.

### O GRUPO TÉCNICO

Nas últimas semanas o Sindiprol e o Sinteemar têm veiculado informações aos docentes, sobre certo "Grupo Técnico" formado por representantes dos professores e das secretarias de Administração, Fazenda, e Ciência e Tecnologia. O objetivo desse grupo, segundo as informações, é acompanhar a evolução da arrecadação, para verificar a possibilidade do estado conceder reposição salarial. Deixemos de lado, por este momento, o absurdo de representantes sindicais irem-se ao patrão para verificar

se este pode pagar os direitos dos trabalhadores assalariados. Concentremo-nos nesse Grupo Técnico.

De um lado, do governo, o Grupo Técnico é constituído por profissionais de carreira com larga experiência e excelente formação. Eles fazem parte do segundo e terceiro escalões, e são eles que efetivamente administram o dia-a-dia da máquina estatal. Pelo nosso lado, temos uma enfermeira (com vinte horas de contrato como docente, e trinta e seis como enfermeira), um pedagogo (da Unioeste), e um professor da UEM, que supomos ser físico, mas não conseguimos localizar o seu currículo Lattes. Sem menosprezar a competência específica de nossos colegas, é difícil imaginar que a nossa "representação" nesse grupo técnico tenha quaisquer condições técnicas de acompanhar análises de orçamento e evolução da arrecadação.

Mas seja qual for a composição do "grupo técnico" tanto faz, pois, se trata apenas do enredo da opereta bufa, uma farsa. Tudo não passa de uma encenação cujo desenlace

já foi anunciado pelo Secretário da Fazenda. Aliás, conforme nosso boletim de 14 de março de 2007 a própria secretária já havia dado pistas para isso, pois, escrevemos: "Quanto à sua afirmação de que o Governo 'deu 18 por cento em 2005' Lygia Puppato está nos informando que é muito pouco provável que desse 'grupo de trabalho' saia alguma coisa...".

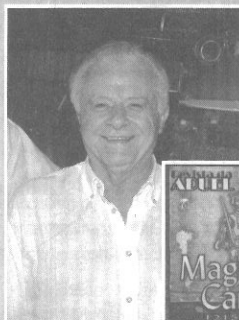
### MESMAS ÁGUAS

O que ora vemos é o passar das mesmas águas, cada vez mais sujas, pelo mesmo moinho.

Agora o Sindiprol está pedindo para que os departamentos abram "espaço" para irem falar sabe-se lá o que. Por que está repetindo esta "estratégia" inventada pelo seu anterior presidente e atual vice-reitor? Porque no espaço adequado em que os docentes devem se organizar – nas suas assembleias – cada vez comparecem menos professores. Na última, apenas 8 ou 9 professores estavam presentes. Isso demonstra que o Sindiprol conseguiu deixar de representar a categoria docente, que os professores não confiam mais nesse sindicato e por isso não se dão ao trabalho de participar de assembleias convocadas pelo Sindiprol.

A ADUEL reafirma sua proposta de autoconvocação de uma assembleia de todos os docentes da UEL (não uma assembleia do Sindiprol), para definir os métodos adequados que nos levem à conquista da reposição salarial.

### Aula Inaugural sobre Estado, propriedade e Magna Carta



Professor Antônio Bacarin, palestrante da aula inaugural da ADUEL.

No dia 28 de março de 2007, o Professor Antonio Bacarin (PUB) proferiu uma palestra para cerca de 300 participantes que lotaram o anfiteatro maior do CCH.

O Professor analisou "O Estado e a Propriedade, da Magna Carta de 1215 aos nossos dias". O evento promovido pela ADUEL teve o apoio dos colegiados dos cursos de Direito, História, Serviço Social e Ciências Sociais.

Os participantes tiveram oportunidade de assistir a aula de um Professor que muito contribuiu a construir a UEL e a ela dedicou o melhor de sua energia.

Durante o debate foi lembrada a defesa da Autonomia Universitária feita por ele em 1992, quando o Governador Requião já tentava restringi-la.

Os participantes receberam exemplares da Revista da Aduel – Especial Magna Carta de 1215, com o texto integral desse importante documento histórico. Esse material foi traduzido e produzido pela ADUEL em dezembro de 2006 e distribuído a todos os docentes.

# Sobre a Segurança na UEL

Nas últimas semanas tem circulado pela comunidade universitária da UEL um documento, assinado e idealizado pelo professor Pedro Marcondes, chefe da Divisão de Segurança da UEL, cujo conteúdo tem suscitado grande polêmica. O documento apresenta medidas de segurança que se pretende instaurar para conter a tão propalada onda de criminalidade no campus universitário. Entre as medidas mais polêmicas estão: o levantamento de muros no entorno da universidade, a construção de cancelas nas entradas do campus de modo a identificar e controlar o fluxo de quem entra e sai, e o convite para a presença de policiais armados no campus (medida esta que, por sua vez, já vem ocorrendo desde o ano passado sem que a comunidade universitária fosse consultada).

Estas medidas são justificadas com o argumento de que vivemos, atualmente, "um momento histórico caracterizado por aumento significativo da criminalidade", próprio do que chama de "Era da Pós-Modernidade, também conhecida por Sociedade de Risco" (se a memória não falha, Sociedade de Risco é um termo cunhado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck que diz respeito não especificamente ao propalado aumento da criminalidade, mas a um processo de destraditionalização e de transformações notáveis em áreas de referência da sociedade industrial, exigindo novos dispositivos, ou melhor, dispositivos de qualidade diversa de calculabilidade e controle social).

Tais medidas também são justificadas com a apresentação de índices de delitos, como furtos, assaltos etc, ocorridos nos últimos dois anos em escala ascendente no campus. Porém, tais delitos não são comprovados com a apresentação, por exemplo, de boletins de ocorrência, nem tampouco há uma identificação dos autores dos mesmos (se são realizados por pessoas de dentro ou de fora da comunidade universitária), há apenas uma suposição de que são feitos por pessoas que não trabalham nem estudam na UEL. Por fim, em anexo são apresentadas cópias de e-mails das

listas de discussão sobre o tema da segurança, cujo conteúdo são de apoio às medidas propostas, defendendo ações mais severas contra "criminosos e vagabundos, que invadem a nossa UEL" (e os e-mails críticos a estas medidas, onde estão?)

Esquece-se, contudo, que vivemos um período histórico de hegemonia do pensamento neoliberal, com drásticas implicações em países periféricos, como o Brasil: desemprego estrutural, mercado informal crescente, subemprego e trabalhos marginais, resultado da flexibilização dos contratos de trabalho e da extinção acelerada dos já reduzidos direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas. Ao lado disso, um processo de privatização e enxugamento acelerado do Estado que, cada vez mais, se restringe aos seus braços repressivos: a polícia e a Justiça, com o claro objetivo de defender o capital (e os "cidadãos de bem") contra as agressões das massas desvalidas.

Debruçar-se sobre a questão da violência e da segurança a partir de uma perspectiva conjuntural (aqui, obviamente, reduzida, tendo em vista as dimensões do espaço) a torna, mais do que uma questão de polícia e de repressão pura e simplesmente, uma questão social e política, uma questão de discussão pública. Trata-la como questão de polícia, ao contrário, implica alimentar o princípio da desconfiança, da suspeição constante sobre o outro que não é semelhante, do outro que é estranho aos meus, seja do ponto de vista étnico, cultural, político-ideológico, de classe, entre outros. Em outras palavras, tratá-la como questão de polícia significa suspeitar do espaço público, pois o espaço público é fundamentalmente multifacetado e, portanto, é o lugar da incerteza, da



diversidade, do debate e embate de posições.

Tratar a questão da segurança no campus da UEL como questão de polícia, nesse sentido, é pisotear a ideia de universidade pública. Pois como manter-se no caminho da busca da efetivação das ideias de Humboldt sobre a universidade: um microcosmo capaz de antecipar uma

sociedade de homens livres e iguais, uma instituição devotada ao pensamento crítico, autônomo e independente, o que pressupõe um ambiente vivamente democrático, com a presença da polícia no campus? E como manter o conceito de pública para esta universidade com a construção de muros e cancelas, privando o público de transitar e frequentar livre e abertamente o seu interior?

## Jornal da ADUEL

Publicação da Associação de Docentes da Universidade  
Estadual de Londrina  
Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional dos  
Docentes do Ensino Superior

**Tiragem:** 3 mil exemplares  
**Impressão:** Folha de Londrina

**Entre em contato com a diretoria da Aduel**  
Fone/Fax: (43) 3371 4507 / (43) 3328 4549  
aduel@sercomtel.com.br  
<http://web.sercomtel.com.br/aduel>

# A Universidade é uma comunidade diferente, SIM!

O autor do plano de segurança da UEL, Prof. Pedro Marcondes, do departamento de Direito Público, não parece satisfeito com suas novas funções executivas de chefe da segurança da universidade. O Prof. Marcondes é Capitão da polícia militar, graduado pela Academia Militar do Guatupê em 1974, foi delegado de polícia e exerceu cargos na administração penitenciária, e desde 1998 é professor da UEL, atualmente na categoria Assistente. Aparentemente insatisfeito com os limites de suas funções executivas, o professor está querendo trazer para dentro da Universidade o pensamento próprio de sua corporação de origem, a Polícia Militar.

Em entrevista à Rádio Universidade FM no sábado dia 10 de março defendeu o seu plano com o argumento de que a "tolerabilidade ao crime estaria com seus parâmetros extrapolados" o que justificaria o seu plano de segurança. Durante boa parte do debate manteve-se na defesa da necessidade de dar segurança e até "qualidade de vida" aos que transitam na UEL, mas, a certa altura saiu-se com a seguinte afirmação:

O que nos não podemos é permitir que a universidade por todas suas idéias de aberta e tudo mais de não coerção e não controle se deixe isto aqui como uma terra de ninguém. Alguns chegam a dizer que a polícia não pode entrar no campus que não pode cercar e uma série de posturas que chega a me parecer que é uma postura arrogante. Se pretende que a comunidade universitária seja uma comunidade diferente da outra. Quer dizer, a polícia pode patrulhar a sociedade, a polícia pode andar na sociedade. Todas as propriedades particulares são cercadas, a comunidade universitária é constituída de seres perfeitos, de seres que não precisam de controle. Parece que é uma sociedade de deuses. É uma postura arrogante inclusive discriminatória porque nós temos sim problemas aqui dentro nós precisamos sim de mecanismos de controle aqui dentro.

Neste trecho do seu depoimento, ele acaba revelando a verdadeira intenção do famigerado "plano de segurança": CONTROLE!

"Policial entrar na Faculdade, só com o vestibular." Pedro Calmon, 1956



Fortuna

Ao lado, um vestibular de Medicina.

Ilustração: Fortuna. Jornal Correio da Manhã, 24 de setembro de 1966.

O "raciocínio", uma falácia, é o seguinte:

1. A UEL virou "terra de ninguém".
2. A UEL não é diferente do resto da comunidade.
3. A UEL também precisa de mecanismos de controle, ou seja, polícia e muros.

Primeiro: a UEL não é "terra de ninguém". Essa afirmativa do Capitão, de que é "terra de ninguém", pode servir de argumento para muitas atitudes arbitrarias e autoritárias, mas ela é falsa. Na UEL, a comunidade acadêmica se dedica ao estudo, à pesquisa, à arte e à cultura. As eventuais ocorrências "criminosas" são as comuns na cidade, não passam de furtos, assaltos, e do roubo de alguns carros, e, até onde se saiba, numa média muito abaixo do que ocorre fora da universidade. Os desmandos mais escabrosos são aqueles que ocorreram na alta cúpula da universidade, como os que motivaram a destituição de um ex-reitor, desmandos que aliás até hoje não foram apurados, ou, problemas com marquises que caem e matam estudantes.

Segundo: a Universidade, ao contrário do que fala o Capitão Marcondes, é sim uma comunidade diferente das outras. Talvez a vivência universitária dele não tenha sido suficiente para lhe ensinar isso, mas, o fato é que esta instituição que existe desde pelos menos o ano 1200 na sua forma moderna, se constituiu em corporação autônoma

precisamente para preservar a sua liberdade e a não ingerência dos poderes locais e eclesiais. (Jacques Verger, As Universidades na Idade Média, São Paulo, Unesp, 1990). De acordo com historiadores medievalistas, por diversas vezes as universidades chegaram a se dissolver e depois se reorganizar em outros lugares para escapar da ingerência externa.

Mas para não forçar o conhecimento histórico do Capitão, lembremos apenas o papel das universidades brasileiras durante a ditadura militar (1964-1985) como baluartes do pensamento livre e crítico enfrentando repressões de todo tipo. Recentemente a Universidade Federal do Rio de Janeiro comemorou o episódio da invasão da Faculdade Nacional de Medicina em 1966, com a publicação de um livro "Invasão da FNM. 40 anos"

prefaciado pelo seu Reitor Aloísio Teixeira. Num claro reconhecimento do verdadeiro papel da Universidade como espaço de enfrentamento do autoritarismo, do arbítrio e da opressão.

Terceiro: os "mecanismos de controle" necessários à Universidade são a pluralidade de idéias e a democracia interna. Estes são os únicos que podem coibir a transformação da universidade num instrumento exclusivo de determinada corrente política, filosófica ou ideológica. Querer instaurar qualquer outro mecanismo externo a estes constituiria uma violência contra a sua autonomia, o que deve ser rechaçado liminarmente.

De resto, o depoimento do Capitão Marcondes transpira puro preconceito. Não se pode entender de outro modo o juízo que faz ao afirmar que "por todas suas idéias de aberta e tudo mais de não coerção e não controle se deixe isto aqui como uma terra de ninguém", declare que temos uma "postura arrogante" de "seres perfeitos, de seres que não precisam de controle. Parece que é uma sociedade de deuses". Certamente se trata de preconceito de alguém que se identifica muito pouco com a universidade e não compartilha as finalidades dessa instituição quase milenar, cujo atributo essencial é a liberdade, liberdade que lhe permite dizer o que quiser na Rádio Universidade FM, e a nós, contra-argumentar.

# Istrumbica Aduel

TOP!  
TOP!  
TOP!



Esta seção é uma homenagem ao "Comunica UEL" e a sua seção "Istrumbica UEL", produzidos por estudantes da Comunicação, que exerceram a liberdade que caracteriza historicamente o movimento estudantil, conforme tornaram a expressá-la no movimento do ano 2000.

## Deu Cupim!

O Jornal do Sindiprol deste início de ano saiu sem a horrorosa coluna "Bicho Pau". Deu cupim no bicho pau! Bastou darmos-lhe uma pequena pauladinha educada e literária (Jornal da Aduel, 24 de Novembro de 2006, p.4), e o bicho pau sumiu, sem dar explicações. Deveriam ter citado o poema de Yeats, ao qual alegavam estar parafraçando, e a questão estaria academicamente esclarecida. Mas não podem: chutaram.

PUTIS!  
QUE  
FERRADA!



TOP!  
TOP!  
TOP!

## O Custo de um Doutorado



Também não responderam à nossa análise sobre o artigo central de seu jornal de Outubro de 2006, sobre o custo da formação de um doutor. Não responderam por que não podem: chutaram.

## República dos Pelegos

João Ubaldo Ribeiro, em sua excelente coluna no "Estado de São Paulo" (25 de Março de 2007, D3), diverte-se em comentar recentes declarações do Presidente Lula, de que os ministros são "heróis", e de que "os usineiros de cana... estão virando heróis

nacionais e mundiais...". Ubaldo supõe que em seguida os banqueiros serão heróis, e que "... finalmente, adivinho a última categoria a ser promovida à condição heróica: o patronato do ABC, que conseguiu, no ver de muitos, pôr na presidência o maior pelego da História deste país...". Está institucionalizada a "República dos Pelegos", para alegria de muitos de nossos sindicalistas.



## Marta Suplicy é uma traidora de classe



Na cerimônia de posse da agora Ministra do Turismo, Marta Suplicy, o presidente Lula disse que ela "é uma traidora de classe, pois traiu sua classe em favor dos pobres...". Mais besteiras do Asneirófono Mor, pois ela representa exatamente os interesses de sua própria classe. É fato experimentalmente comprovado, entretanto, que Lula entende perfeitamente o significado de ser "Traidor de Classe".

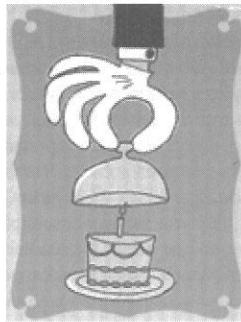
## Feliz Aniversário

Em breve a atual administração completará um ano, e está na hora de fazermos um balanço das suas ações que tiveram maior repercussão interna e na mídia local. Ei-las:

Concessão do título de "Doutor Honoris Causa" ao Arcebispo de Londrina. Por enquanto sem conseqüências. Mas há que esperar as eleições municipais.

Resolução estabelecendo que os reitores devam ter título de doutor. Inócua. Uma declaração de ideologia, entretanto.

A questão sobre o livreto "Tempo de Luz". Cometeram erro político grosseiro. Mais parece vingança pessoal. A secretária Lygia Pupatto permanece firme, e assim ficará enquanto a coligação PT/PMDB permanecer e o Requião mantiver suas ilusões. Isso era uma das hipóteses possíveis, antes das eleições de Outubro passado: deviam tê-la considerado. Se havia irregularidades, deviam ter feito sindicância em sigilo absoluto, devido à gravidade do assunto, envolvendo a reputação de uma ex-reitora e seu vice-reitor. Inútil alegar que



houve "vazamento" de informações, porque isso demonstra incompetência. Pior ainda foi aparecer na mídia reforçando a lambança. Agora a questão está no Ministério Público, e muito mais sujeita ao poder do Governador do que à tibia influência da reitoria. Péssima a assessoria política do Reitor.

O cursinho pré-vestibular da UEL. Tudo indica que o cursinho estava funcionando bem, com uma estrutura democrática de discussão entre professores e alunos. Aparentemente houve uma tentativa de colocar o cursinho sobre controle direto da vice-reitoria, e a repulsa foi generalizada. Ao que consta, o vice-reitor César Caggiano abandonou a reunião convocada para discutir o assunto na sede do cursinho, sob um coro de alunos e professores, uníssono e impúblicável.

Construção de muros na UEL. Essa questão continua gerando discussões, inclusive com a repetida participação de leitores dos jornais locais. Puro besteiro. A Universidade não é um condomínio de cinquenta famílias milionárias, mas um espaço público por onde circulam umas vinte mil pessoas, grande parte delas entrando e saindo quatro vezes por dia, em coletivos que também servem a bairros vizinhos.